



PERCEPÇÃO DE RISCO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ANOTAÇÕES DE CAMPO

Eveline Favero¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brazil

Melina Carvalho Trindade

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal

Alexandra Passuelo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil

Cristiane Pauletti

Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Luterana do Brasil, Brazil (ULBRA)

Andrea Jaeger Foresti

Instituto Redecriar, Brazil

Jorge Castellá Sarriera

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil

Luiz Carlos Pinto da Silva Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil

RESUMO

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa-intervenção que teve por objetivo identificar riscos ambientais, além de sensibilizar e capacitar uma comunidade na busca de estratégias coletivas para lidar com os referidos riscos. Participaram 12 moradores de ambos os sexos, maiores de 18 anos, residentes em uma ilha do sul do Brasil, com registros de inundações. Utilizou-se a técnica do grupo focal, bem como a sistematização dos dados através de anotações de campo. Foram analisadas 22 anotações através do método de Análise de Conteúdo. Os resultados apontaram a presença de riscos no ambiente, relativos à mobilidade, à saúde dos moradores e ao desequilíbrio ecológico. Fatores como apego ao lugar, sentimento de desamparo e sentido de comunidade revelaram-se centrais na análise da percepção de risco ambiental.

Palavras-chave:

percepção de risco, desastres, intervenção comunitária

ABSTRACT

The article presents the results of a research and intervention that aimed to identify environmental risks, as well as raise awareness and empower a community to seek collective ways to deal with them. Twelve residents of both sexes participated in the study, over the age of eighteen years old, living on an island in southern Brazil, with history of floods. We used the technique of focal group and systematization of data through field notes. A total of 22 notes were analyzed by content analysis method. The results indicated the presence of risks in the environment related to mobility, health of residents and ecological imbalance. Factors such as attachment to place, sense of helplessness and sense of community have proved central to the analysis of the perception of environmental risk.

Key words:

risk perception, disaster, community intervention

PERCEPTION OF ENVIRONMENTAL RISK: AN ANALYSIS FROM FIELD NOTES

¹ Correspondence about this article should be address to Eveline Favero, Email: evelinefavero@yahoo.com.br

Pode-se definir percepção de risco como “o processo de coletar, selecionar e interpretar sinais relativos a impactos incertos de eventos, atividades e tecnologias” (Wachinger & Renn, 2010, p. 8). Trata-se ainda de um processo complexo, dinâmico e influenciado por múltiplos fatores como conhecimento, experiência, valores, atitudes e sentimentos, dentre outros, que interferem no pensamento e no julgamento das pessoas sobre a seriedade e aceitabilidade dos riscos (Slovic, 2010; Wachinger & Renn, 2010). Desse modo, a percepção humana sobre os riscos está altamente sujeita a todo tipo de viés, sendo ela dependente do contexto em análise e de seus condicionantes (Susan & Myers, 2009).

A percepção de risco também difere entre diferentes grupos sociais. Especialistas tendem a ver o grau de risco como sinônimo de probabilidade de dano ou expectativa de mortalidade (e.g., quantas mortes por ano em acidentes de trânsito). Por outro lado, a população em geral possui uma concepção ampla dos riscos, qualitativa e complexa, que incorpora considerações, tais como medo, incerteza, potencial catastrófico, controlabilidade, equidade, risco para as futuras gerações, dentre outros (Slovic, 2010).

Autores como Domènech, Supranamiam e Sauri (2010) consideraram que informações sobre o risco desempenham um papel importante no aumento da preocupação das pessoas em adotar medidas adaptativas nos seus comportamentos futuros. No entanto, para Susan e Myers (2009), a discussão sobre riscos envolve muito mais do que informações e inclui outros temas como poder, controle social, ética, inclusão e valores pessoais.

A percepção de risco nem sempre coincide com a situação de risco. Essa última trata-se de um sistema com características dinâmicas, constituído por uma combinação de fatores de risco, os quais podem ser desencadeantes de processos crônicos, fundados sobre uma relação prévia entre elementos do ambiente e os sujeitos de risco (Bonzo, Castro, De Lellis, Samaniego, & Tissera, 2001). No entanto, de acordo com Slovic (2010), a percepção de risco é um elemento fundamental na gestão de riscos, pois quando um coletivo percebe sua situação real é possível contar com um recurso facilitador para a realização das atividades preventivas (Bonzo et al., 2001). Desse modo, quando a população conhece os seus riscos e passa a ter clareza sobre a necessidade de se proteger, abre-se o caminho para a colaboração nas ações de prevenção e proteção.

Considerando o exposto, torna-se fundamental identificar fatores que possam estar interferindo na forma como as pessoas percebem os riscos, os quais podem configurar-se em elementos importantes na compreensão do motivo pelo qual as pessoas resistem em adotar medidas de prevenção e proteção aos desastres (Slovic, 2010). Esse tipo de conhecimento poderá contribuir para um melhor planejamento de ações que sejam de fato efetivas.

Partindo do exposto, o artigo apresenta os resultados de uma pesquisa-intervenção que foi desenvolvida com moradores de uma ilha, pertencente a capital do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A pesquisa-intervenção, de caráter interdisciplinar, teve por objetivo identificar riscos ambientais, sensibilizar e capacitar a comunidade a buscar estratégias coletivas para lidar com os mesmos. Durante o processo de discussão com a comunidade e as constantes avaliações da equipe, foi possível constatar que não era suficiente identificar os riscos e possíveis soluções, mas fazia-se necessário compreender como as pessoas percebiam os riscos e quais fatores influenciavam na sua maneira de percebê-los. Assim, este artigo apresenta os riscos identificados tanto pelos profissionais envolvidos no contexto da intervenção, quanto pelos moradores da ilha, bem como os diferentes fatores que podem estar envolvidos na percepção dos riscos ambientais.

O contexto da pesquisa-intervenção

A pesquisa-intervenção segundo Rocha e Aguiar (2003) busca investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa. A relação pesquisador/objeto pesquisado é dinâmica e determinará os rumos da pesquisa, sendo essa uma produção do grupo envolvido. Trata-se ainda de uma “proposta de atuação transformadora da realidade sociopolítica, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social” (Rocha & Aguiar, 2003, p. 67).

O presente estudo, de caráter qualitativo, foi desenvolvido em uma das diversas ilhas que fazem parte do Parque Estadual do Delta do Jacuí no estado do Rio Grande do Sul. O parque foi criado pelo poder público na década de 1970 e manteve os grupos humanos ali instalados, ao mesmo



tempo em que não impediu a ocupação dos espaços nos anos seguintes, resultando nos atuais usos e conflitos do território (Chiappetti, 2005). Na década de 1990, o avanço das ocupações foi facilitado pela construção de uma estrada ao longo das ilhas, como consequência da demanda gerada pelo crescimento nas cidades (Chiappetti, 2005).

A comunidade alvo da pesquisa-intervenção localiza-se em uma área de contrastes socioeconômicos, conflitos de uso territorial e degradação ambiental (Chiappetti, 2005; Seganfredo, Paniz, Hirt, Carvalho, & Carroche, 2008). De um lado, proprietários de residências de alto padrão e do outro, casebres em situação irregular (como os que ocupam a faixa de domínio da rodovia que corta as ilhas), evidenciando sérios problemas sanitários e riscos à saúde humana (Seganfredo et al., 2008). Além dessas dificuldades, as características geográficas, bem como o clima, fazem com que as ilhas sejam recobertas parcial ou totalmente de água em épocas de chuvas mais intensas, sendo comum a ocorrência de inundações no território. Desse modo, algumas áreas das ilhas são consideradas inadequadas à ocupação humana, não apenas por se constituírem em áreas insalubres, mas pela sua importância em represar as águas, atuando como uma forma de esponja para a infiltração das águas no período de maior índice pluviométrico, evitando que as mesmas inundem as áreas urbanizadas (Chiappetti, 2005).

A proposta de intervenção partiu de um projeto em rede, financiado pelo governo federal brasileiro, com participação de oito universidades e organizações não-governamentais. O projeto, que teve como tema principal o desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas à Habitação de Interesse Social (HIS), possuía como um de seus objetivos, o desenvolvimento de metodologias participativas para análise e solução de problemas em área de risco ambiental, incluindo a percepção de risco como um elemento importante no processo de gestão de riscos. A equipe envolvida na pesquisa-intervenção contou com a participação de estudantes de graduação e pós-graduação e professores das mais diferentes áreas de atuação, incluindo engenharia civil, psicologia, serviço social, geografia, engenharia ambiental, arquitetura e química.

A partir da demanda do projeto, a equipe de pesquisadores procedeu a escolha da comunidade, priorizando as características do ambiente (tais como a ocorrência de inundações), bem como a relação prévia entre os pesquisadores e uma organização não-governamental (ONG), que possuía forte atuação em uma das ilhas do arquipélago. A ONG contribuiu no acesso da equipe ao núcleo da comunidade, bem como na mobilização dos moradores para participarem das atividades da pesquisa-intervenção. Além disso, a escolha por uma parceria local teve como objetivo a possibilidade de manter ativo o processo que seria construído, mesmo após a conclusão do projeto.

A definição da comunidade do estudo também considerou o desejo dos moradores em participar do processo. Os mesmos, apontaram a necessidade e a importância de estarem instrumentalizados com o conhecimento que seria ali desenvolvido, para utilizá-lo como subsídio em suas reivindicações, tanto por melhores condições de moradia, recursos em saúde, saneamento básico e educação, quanto pela permanência da residência no local.

Método

Participantes

Participaram das atividades de pesquisa-intervenção doze moradores, de ambos os sexos, maiores de 18 anos, sendo dois do sexo masculino e dez do sexo feminino. O critério para participar do grupo focal era residir na ilha, sendo esse aberto a novos membros em qualquer momento da intervenção.

De acordo com dados do Plano Municipal de Saúde, a zona onde localiza-se a ilha em que foi desenvolvida a intervenção foi classificada pela pior situação de acordo com o “Índice de Vulnerabilidade Social de Porto Alegre” (0,091), com um maior percentual de esgotamento sanitário inadequado (59,26%) e com alto índice de domicílios sem abastecimento de água adequado (42,15%). Outro indicador importante que mostra a alta vulnerabilidade social é de que 19,71% das mulheres responsáveis por domicílio são analfabetas” (Prefeitura de Porto Alegre, 2010, p. 53).

Instrumentos

Utilizou-se como método de pesquisa e intervenção a técnica do grupo focal, que consiste na realização de grupos de interação pontual, com o objetivo de obter informações de caráter qualitativo,

proporcionando que um tema seja discutido em profundidade (Guareschi, Boeckel, Rocha, & Moreira, 2008). Durante a realização dos grupos foram utilizados recursos como mapas, fotografias, caminhadas nas partes habitadas da ilha e resgate da história da comunidade, de forma a facilitar o processo de coleta de dados e reflexões sobre a realidade dos ilhéus. A sistematização dos dados, por sua vez, foi realizada através de anotações de campo, que buscavam captar aspectos de interesse do estudo. Foram analisadas 22 anotações de campo, resultantes de apontamentos de caráter descritivo, realizados pelos pesquisadores durante o processo de intervenção.

As anotações de campo caracterizam-se por serem breves, servindo de apoio à memória dos investigadores (Frizzo, 2010; Montero, 2006), enquanto que, os diários de campo “apresentam descrições extensas e detalhadas e que podem estar organizados em função de temas ou problemas de investigação, ou de categorias teóricas ou metodológicas” (Montero, 2006, p. 302-303).

Procedimentos

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Parecer 89.800). Os grupos focais aconteceram na própria comunidade, em dias e horários previamente estabelecidos, tendo como local a sede da associação de moradores e alguns espaços abertos. Para atividades específicas, foram utilizadas as dependências da escola da comunidade e da própria universidade, a qual estavam vinculados os pesquisadores. A frequência das atividades foi quinzenal, eventualmente semanal, no período compreendido entre agosto de 2012 e janeiro de 2013. No início de cada encontro, registrava-se no mural do salão comunitário, uma breve descrição do encontro anterior, juntamente com fotografias das atividades do grupo. O material exposto servia como estratégia de resgate das discussões e produções do grupo, sendo também uma forma de divulgar o trabalho na comunidade, a fim de despertar o interesse de novos participantes.

Cada pesquisador recebeu um caderno específico para as anotações de campo, sendo essas posteriormente transcritas em documento de *Word*, de modo a torná-las mais organizadas e facilitar a análise dos dados. As anotações privilegiavam, sempre que possível, a fala dos participantes. O nome do(a) pesquisador(a) que elaborou a anotação de campo foi substituído pela letra P, seguida de um número relativo a cada pesquisador (e.g., P1). O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Parecer 89.800).

Análise dos dados

Os dados foram analisados qualitativamente pelo método de Análise de Conteúdo (Bardin, 1974) com auxílio do *software* Atlas ti., versão 6.2. O objetivo da análise de conteúdo foi identificar riscos ambientais e temas centrais relevantes para descrever e compreender os fatores que poderiam exercer influência na percepção de risco, considerando o contexto onde foi realizada a intervenção.

O trabalho de análise foi realizado por três pesquisadoras da área da psicologia com a orientação de um quarto pesquisador da mesma área. Das três pesquisadoras, duas estavam diretamente envolvidas com o processo de intervenção comunitária e contribuíram na elaboração das anotações de campo, juntamente com o restante da equipe. A outra pesquisadora auxiliou apenas no processo de codificação e análise dos dados, contribuindo com um olhar “de fora” do contexto da intervenção. Do mesmo modo, o pesquisador que orientou o processo de análise dos dados, não participou do processo de intervenção.

Resultados

Os riscos identificados a partir da análise das anotações de campo foram classificados em cinco grupos por proximidade, a partir do consenso entre os pesquisadores (Tabela 1).



Tabela 1

Classificação dos tipos de riscos identificados no contexto da intervenção comunitária

Classificação dos riscos	Tipo de risco
1. Riscos relacionados à mobilidade	Atropelamento (rodovia), queda de automóveis e objetos (de cima da ponte), acidentes com motos aquáticas (água) e acidentes aéreos (rota de aviões).
2. Riscos relacionados à saúde	Condições de moradia precária, poluição sonora e ambiental (emissão de gases poluentes pelos veículos automotores), descarte inadequado de resíduos sólidos, presença de vetores de doenças como cães, ratos e mosquitos, sistema precário de saneamento, áreas com risco de afogamento.
3. Riscos relacionados ao desequilíbrio ecológico	Presença de aterros que aumentam o risco de inundação e alagamento.
4. Riscos relacionados à segurança	Violência, ilha como rota de fuga de criminosos.
5. Outros riscos	Vazamento de gás, incêndio devido às instalações irregulares na rede elétrica, problemas nas edificações.

Dentre os riscos relacionados à mobilidade, os atropelamentos foram citados com maior frequência pelos participantes, assim como a queda de veículos e outros objetos através da ponte. Fragmentos das anotações de campo indicaram essa preocupação dos moradores: “Mostraram uma área da ponte onde já ocorreu a queda de um caminhão e ressaltaram que ninguém se feriu porque uma chuva ocorrida pouco tempo antes acabou tirando as crianças do rio” (P4).

Somando-se a isso, o atropelamento e morte de uma família (conforme P1) deixou marcas na comunidade, que utiliza formas alternativas de lidar com o risco. Esse dado foi confirmado pela seguinte anotação: “Os caminhos invisíveis e alternativos sob as pontes, são a garantia de não ser atropelado” (P2). O convívio com veículos passou a ser sinônimo de insegurança: “A impressão que dá é a de que a qualquer momento ocorrerá um acidente” (P5). Além desses fatores de risco, o barulho vindo da rodovia também é intenso, configurando-se em um estressor ambiental para os moradores (P4).

Em relação aos riscos à saúde, os moradores salientaram o risco de contrair dengue devido à água empoeçada, consequência dos aterros no local. Os alagamentos também interferem nas condições de mobilidade, uma vez que inviabilizam o uso dos caminhos alternativos: “Esse morador fez uma mudança na canalização do banhado, resultando em acúmulo de água, gerando mosquitos, inundando a horta, área de lazer (área aberta) e trajetos do caminho de verão (locais com sombra)” (P2).

A questão do lixo também esteve presente nos relatos, considerando aspectos como o acúmulo e a proliferação de animais peçonhentos. No entanto, pelo que foi observado, trata-se mais de um problema de coleta de resíduos do que de hábito dos moradores, conforme a seguinte nota de campo: “No lado direito da ponte (lado em que residiam os moradores participantes dos grupos focais) há alguns pontos com concentração de lixo, porém existem poucas casas com lixo dentro dos terrenos” (P3).

Quanto aos riscos relacionados ao desequilíbrio ecológico, os moradores apontaram que “os espaços públicos (de livre acesso para os moradores) que existem atualmente são considerados áreas de risco” (P4). Além disso, as mudanças ambientais estariam interferindo nos modos de se proteger contra as ameaças naturais do ambiente: “As marinas impedem a invasão das águas, não ouvimos mais som da água, latido do cão, perdemos a referência da água invadindo” (P1).

Em relação ao último fragmento, pode-se constatar que mudanças ambientais significativas que geram desequilíbrio ecológico, devem ser consideradas na política de gestão de riscos e desastres.

Observa-se que a comunidade desenvolveu meios de se proteger os quais passam diretamente pela percepção do risco iminente. No entanto, quando o ambiente se modifica, os elementos fundamentais para a percepção de uma ameaça ficam também prejudicados, dificultando a adoção em tempo hábil de medidas de proteção pela comunidade, contribuindo na aceleração do processo de desenvolvimento do desastre.

Nesse sentido, Dass-Brailsford (2010) discutiu importantes aspectos relativos à dimensão das consequências do furacão Katrina, como a negligência ambiental, progressiva e cumulativa. Segundo a autora, a preservação dos pântanos, banhados e barreiras de ilhas ao longo da costa do Golfo através da vegetação, poderia ter protegido a costa vulnerável contra a força do furacão, minimizando as consequências do desastre.

Os riscos relacionados à segurança, por sua vez, aparecem entrelaçados com a categoria riscos relacionados à mobilidade, uma vez, que a presença de veículos é fator de insegurança para a população. Acrescenta-se o fato de que “a ilha se configura como rota de fuga de assaltantes” (P1) e de execução de pessoas: “No local onde mataram um rapaz tem uma cruz no meio do mato” (P1). Um dos fatores apontados como intensificador da insegurança é a falta de iluminação. Assim, “quem estuda a noite procura andar nos locais mais claros” (P5).

Outros riscos também foram evidenciados durante a pesquisa-intervenção, tais como: rachaduras na parede da escola, “são um risco porque um grupo de pessoas foi lá verificar e informou isso para os alunos” (P4), “apoios feitos de cano e madeira e até mesmo árvores para segurar a fiação elétrica” (P4), bem como outras observações relacionadas ao risco de incêndio nas moradias.

A identificação dos riscos foi o primeiro passo no processo de intervenção e permitiu a realização de um diagnóstico comunitário, a partir dos dados fornecidos pelos próprios moradores e pelas observações feitas pela equipe de pesquisadores. O segundo passo da análise, identificou diferentes fatores que exercem influência sobre a percepção de risco. O agrupamento em categorias (Tabela 2) levou em consideração as relações teóricas entre as unidades de análise, formando núcleos de sentido em cada categoria geral. No entanto, as relações não se esgotam dentro de cada categoria teórica, podendo ser também compreendidas na relação entre as mesmas.

Tabela 2

Categorias analíticas empíricas relativas à identificação de fatores que exercem influência sobre a percepção de risco

Categoria	Unidades de Análise
Apego ao lugar	<ul style="list-style-type: none"> - vínculo com o lugar - benefícios de morar na ilha - preocupação com a descaracterização do lugar
Experiência de desamparo	<ul style="list-style-type: none"> - questões de equidade e justiça social - relação de disputa por espaços livres - sentimento de perda/ameaça de remoção - desgaste das lideranças - - preocupação com o futuro/ausência de expectativa de solução para a questão da moradia - sentimento de impotência - confiança/desconfiança com as instituições
Sentido de comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - sentimento de pertencimento - relações de apoio social - participação comunitária - identidade

A categoria apego ao lugar diz respeito a sentimentos identificados durante a intervenção comunitária, os quais estão associados ao entorno comunitário. Autores como Hidalgo e Hernández (2001) definiram o apego ao lugar como “o vínculo afetivo que as pessoas estabelecem com um determinado lugar, onde tendem a permanecer, sentirem-se cómodas e seguras” (p. 274). Assim, o



apego ao lugar, pode ser considerado um fator facilitador para uma melhor convivência ambiental.

Na mesma direção, Vidal, Berroeta, Di Masso, Valera e Peró (2013) partem da ideia de que as pessoas se apegam aos lugares pelas relações sociais que esses facilitam (dimensão social) e pelas comodidades e recursos que os espaços oferecem (dimensão física). Os seguintes recortes evidenciam o apego ao lugar, acompanhados de uma ampla percepção de benefícios, tais como “a tranquilidade” (P1) e o ar livre: “O ar livre parecia que me abria por dentro. É um privilégio morar nas ilhas” (P4). Outros aspectos como a própria ponte (um dos fatores de risco identificados no local) e a proximidade com o centro da cidade foram citados pelos participantes: “Adoro olhar para a ponte, morar na ilha, pois parece interior onde eu morava antes, muitas árvores e verde que trazem lembranças da infância” (P4); “É próximo de Porto Alegre, tem verde, pode mexer na terra, remete a lembranças da infância” (P3). Constata-se que quando um elemento do ambiente já está naturalizado, e nesse caso a ponte, as pessoas não percebem o mesmo como um fator de risco em si, de modo que há um subdimensionamento da realidade, uma subavaliação da ameaça pela integração desta no ambiente cotidiano.

Apesar dos aspectos positivos mencionados, ficou evidente a preocupação com a descaracterização do lugar: “Quase toda a Ilha das Flores esta aterrada, o que modifica as características do território como ilha...” (P10). Além disso, as mudanças no ambiente estariam aumentando a vulnerabilidade ambiental e o risco de inundação, uma vez que a comunidade teria perdido as referências da ameaça através dos sinais da natureza: “os sinais de que a inundação está chegando são: período do ano, banhado saturado e vento sul” (P10). De acordo com Lewicka, (2013), as rotinas diárias, os hábitos e a memória do lugar podem contribuir para o não reconhecimento dos riscos presentes em um ambiente que se transformou.

A segunda categoria, experiência do desamparo, aborda questões relativas à moradia, as quais são listadas na Tabela 2. No que diz respeito às questões de equidade e justiça social, foram identificadas anotações que remetem ao sentimento de desamparo: “A questão da moradia não é fauna e flora. Nós não agredimos o ambiente, nós somos agredidos. A leitura da lei, entre 2005 e 2012, provocou aumento de moradias de alto padrão na margem do rio. Os ricos podem abrir mato porque pagam (licença ambiental)” (P2).

A disputa por espaços livres aparece atrelada, especialmente, a perda desses espaços: “A gente pescava nesta margem... agora não dá mais. A margem do rio está toda ocupada por marinas e mansões...” (P5); “Os espaços de risco são os que sobraram para a comunidade, os demais são privados” (P1). “Não se tem mais acesso às árvores frutíferas por causa das marinas e das mansões na beira do rio” (P1); “Não temos mais campo de futebol, por causa dos aterros, do desvio da água, o banhado fica sempre cheio” (P3).

O sentimento de perda ficou evidenciado na fala dos participantes, estando o mesmo associado com o sentimento de apreensão frente à possibilidade de remoção da ilha sob o argumento de habitar em área de risco e pertencente à faixa de domínio da rodovia: “O acidente na rodovia que matou a família inteira mobilizou a retomada da necessidade de remoção” (P1); “Eu gosto daqui mas existe sempre uma ameaça de ter de sair daqui” (P2). Outro fator relacionado à experiência do desamparo refere-se ao desgaste das lideranças, expresso nas seguintes palavras: “Me dói, eu cansei com a falta de cumprimento da função social com a comunidade” (P2); “É uma luta inglória, eles (autoridades responsáveis) perguntam o que eu acho, mas passam por cima do que eu acho” (P2).

A questão da moradia é fonte de preocupação para os participantes, especialmente frente à indefinição quanto ao futuro: “A principal preocupação é a questão da moradia” (P4); “Não existe expectativa de solução para a questão da moradia” (P4); “A luta é para ficar na ilha” (P3). Os participantes manifestaram também o sentimento de desamparo em relação às instituições: “Espero que esta nova administração municipal enxergue a gente” (P2).

Identificou-se nas falas dos participantes o conflito presente na relação com as instituições, uma vez que a comunidade vem reivindicando serviços básicos como saúde. Entretanto, esses não têm sido oferecidos na comunidade sob o argumento de que se trata de área de risco: “Quando se trata de um espaço comunitário, ou para instalação de um posto de saúde, não há área disponível que não seja área de risco” (P10).

A análise dos dados revelou que o desamparo decorre de um processo que soma inúmeras experiências de fracasso, no que se refere às lutas comunitárias por moradia, saúde e outros recursos

coletivos. Juntamente com esse sentimento, existe uma forte esperança de que possa haver uma solução, uma vez que os participantes vislumbram concretamente a possibilidade de um local adequado para a realocação das famílias, sendo esse na própria ilha. Conforme anotações de um dos pesquisadores: “Os moradores acharam melhor começar a caminhada pelo lado esquerdo da ilha, queriam mostrar, principalmente, o terreno que poderia ser usado para a realocação das famílias em risco” (P5).

A categoria sentido de comunidade aborda questões como as relações de apoio social, a participação comunitária, a identidade e o sentimento de pertencimento. McMillan e Chavis (1986, p. 09), revendo o conceito proposto por Sarason (1974), definiram sentido de comunidade como “um sentimento de pertencimento que os membros possuem, de que se preocupam uns com os outros e com o grupo, e uma fé compartilhada de que as necessidades dos membros serão satisfeitas através do compromisso de permanecerem juntos”. Mais tarde, McMillan (1996) revisitou esse conceito trazendo elementos como a presença de uma estrutura de autoridade em quem se pode confiar, o benefício mútuo advindo de cada ser humano e a preservação das experiências compartilhadas no decorrer da vida coletiva.

Em relação ao sentimento de pertencimento foram encontradas afirmações como: “Me sinto dona do meu canto, apesar de não ter papel nenhum que prove que o terreno é meu” (P2); “Este é o lugar da minha moradia, ambiente tranquilo, sempre convivi e pretendo conviver” (P3). O sentimento de pertencimento está associado à escolha pelo local: “Eu voltei porque gostei. É uma vida na Ilha, são 35 anos. Para mim é uma terapia” (P2).

Os participantes fizeram referência às relações de apoio social presentes na comunidade como, por exemplo: “A associação é um espaço nosso, de geração de renda, onde tem o projeto da Redecriar” (P1). Ainda, os espaços comunitários servem de refúgio para os moradores: “O salão paroquial ofereceu abrigo em períodos de cheias” (P1); “O colégio é a consolidação do espaço da comunidade, que dá empoderamento aos moradores” (P1; P3).

De acordo com Hobfoll (1989, 2001), o apoio social é um fator fundamental no processo de resiliência ao estresse, especialmente quando consideramos o *coping* como um esforço não apenas individual, mas também comunitário. Muitos eventos estressantes são experimentados coletivamente e acabam por esgotar recursos tanto individuais, quanto sociais (Hobfoll, 1989). Isso pode ser verificado no contexto em estudo, especialmente, no que diz respeito à questão da moradia, à ocorrência de inundações na ilha e aos atropelamentos.

Pode-se constatar a presença de sentimentos altruístas na fala dos participantes: “No local da enchente me marca mais, porque é ruim ver as pessoas dentro d’água” (P1); “Não é problema pra nós, mas é, porque é na mesma ilha... como a gente vai ver a pessoa com problema e dizer que não é problema?” (P4). Autores como Vidal et al. (2013), referem-se ao sentido de comunidade como o resultado de interações contínuas com vizinhos, as quais, derivariam especialmente do tempo de residência no local. As relações de vizinhança foram evidenciadas como um fator positivo pelos participantes: “Vizinhança que se respeita, o ambiente tem muitos aspectos positivos” (P2).

Em relação à identidade comunitária, pode-se constatar que num mesmo território existem diferentes grupos sociais: “A comunidade da Ilha das Flores está dividida em três: 1º pessoal de grana/burguesão; 2º moradores da parte sul; 3º moradores da parte norte” (P10). Montero (2004) apontou as relações como elemento constituinte de uma comunidade, não somente quando ocorrem entre as pessoas, mas também entre as pessoas e um lugar, bem como os sentimentos e ações compartilhadas, que juntos, formam a memória coletiva e individual. Desse modo, uma comunidade seria construída não apenas na forma física, a partir de seus limites territoriais, mas também pelos vínculos emocionais.

A memória coletiva aparece como um fator importante na constituição da identidade e da referência enquanto grupo social historicamente constituído: “As fotos com a linha de vida que vocês (pesquisadores) estão fazendo é o resgate da nossa história, é a nossa identidade” (P2); “É um alívio poder contar a nossa história. Vamos ver o que a gente vai poder fazer com as fotos de agora, comparar com o que vai ser o ano que vem” (P2).

Embora, exista um reconhecimento da identidade grupal, a força enquanto grupo não se manifesta no que se refere à mobilização comunitária no contexto em estudo: “Tem pouca mobilização comunitária, existe uma acomodação no ambiente” (P2); “Ninguém quer deixar a TV e a soneca para ir à reunião” (P2). No entanto, existe um reconhecimento de que a mobilização



comunitária é importante para o grupo, sendo a mesma uma estratégia utilizada em situações limites: “Em 2007 foi criada a Associação dos Ilhéus Ecológicos porque a outra associação não cumpria com as questões relacionadas à proteção ambiental” (P4); “A passarela é resultado de muita reivindicação em função de atropelamentos” (P1). Assim, a participação não aparece como algo natural no grupo social, mas como fruto de situações que exigem da comunidade uma postura de reivindicação, considerando circunstâncias em que permanecer como está se tornaria insuportável.

Considerações finais

A pesquisa-intervenção junto a uma comunidade residente em área de risco ambiental possibilitou compreender que a presença de um fator, ou de fatores de risco, não necessariamente interrompem a vida cotidiana e a rede de relações comunitárias. No entanto, as condições de vida, a relação com o ambiente e com as instituições podem sim trazer prejuízos significativos ao bem-estar e à qualidade de vida da população e necessitam ser consideradas pelas políticas públicas.

Por outro lado, as atividades desenvolvidas contribuíram na instrumentalização da comunidade, para que a mesma tivesse clareza das circunstâncias do ambiente e das suas necessidades e, assim, pudesse reivindicar melhores condições de vida. Contribuíram ainda, na compreensão do que é possível fazer, ou não, para lidar com os diferentes tipos de risco presentes no cotidiano dos seus moradores.

Em relação aos profissionais e pesquisadores, faz-se importante considerar que sempre que se está inserido num projeto e/ou instituição, passa-se a ser também uma referência para a comunidade. Uma vez que a relação com as instituições é de fundamental importância na questão da comunicação do risco, faz-se também importante que essa possa se desenvolver num processo de confiança e valorização recíproca entre comunidade e pesquisadores.

O estudo de um microgrupo em seu próprio ambiente de vida e com a participação comunitária, possibilitou detalhar com riqueza as percepções sobre os riscos ambientais e identificar aspectos qualitativos que contribuem nesse processo. Tais aspectos podem ser úteis na elaboração de ferramentas quantitativas para estudos futuros. Além disso, as anotações de campo mostraram-se um instrumento adequado para a coleta de dados em profundidade durante a intervenção comunitária, permitindo a compreensão do contexto de maneira interdisciplinar, considerando a diversidade de olhares e saberes presente na equipe de pesquisadores.

Recomenda-se que ações de intervenção comunitária com foco na análise e gestão de riscos ambientais, levem em consideração alguns aspectos importantes, para além daqueles que são básicos como a familiarização com a comunidade e a identificação de suas necessidades e recursos. Esses aspectos referem-se a como atingir o máximo de participação e envolvimento comunitário, como definir o papel de cada um (indivíduo ou instituição) no processo de análise de riscos, quais os encaminhamentos que serão dados frente aos riscos identificados e aos fatores que interferem em sua percepção. Por fim, o mais importante nesse processo, não é a mudança da percepção de risco em si, mas a qualificação desta, ou seja, a ruptura com concepções naturalizadas sobre os riscos presentes no ambiente e a busca de uma melhor convivência ambiental nesses contextos.

Referências

- Bardin, L. (1974). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bonzo, C., Castro, B., De Lellis, M., Samaniego, C., & Tissera, E. (2001). Aportes psicosociales al concepto de riesgo. In E. Saforcada (Ed.), *El “Factor Humano” en la salud pública: Una mirada psicológica dirigida hacia la salud colectiva* (pp. 130-141). Buenos Aires: PROA XXI.
- Chiappetti, A. B. (2005). *Ocupação do Parque Estadual Delta do Jacuí: Conflitos de uso territorial* (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, UFRGS, Porto Alegre, Brasil). Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5208/000511981.pdf?sequence=1>

- Dass-Brailsford, P. (2010). Hurricane Katrina: What went wrong? In P. Dass-Brailsford (Ed.), *Crisis and disaster counseling: Lessons learned from hurricane Katrina and other disasters* (pp.17-32). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Domènech, L., Supranamiam, M., & Sauri, D. (2010). Citizens' risk awareness and responses to the 2007-2008 drought episode in the Metropolitan Region of Barcelona (MRB). In G. Wachinger & O. Renn (Eds.), *Risk perception and natural hazards*. CapHaz-Net WP3 Report (pp. 47-56), Stuttgart: DIALOGIC. Disponível em http://caphaz-net.org/outcomes-results/CapHaz-Net_WP3_Risk-Perception2.pdf
- Frizzo, K. R. (2010). Diário de campo: Reflexões epistemológicas e metodológicas. In J. C. Sarriera & E. Saforcada (Orgs.), *Introdução à Psicologia Comunitária: Bases teóricas e metodológicas* (pp. 169-187). Porto Alegre: Sulina.
- Hidalgo, M., & Hernández, B. (2001). Place attachment: Conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology*, 21(3), 273-281.
- Guareschi, P., Boeckel, M. G., Rocha, K. B., & Moreira, M. C. (2008). Grupos focales en psicología comunitaria. In J. C. Sarriera & E. Saforcada (Orgs.), *Introdução à Psicologia Comunitária: Bases teóricas e metodológicas* (pp. 173-188). Porto Alegre: Sulina.
- Hobfoll, S. E. (1989). Conservation of Resources: A new attempt at conceptualizing stress. *American Psychologist*, 44(3), 513-524. Disponível em <http://www.personal.kent.edu/~shobfoll/Files/pdfs/AP1989CORnewattempt.pdf>
- Hobfoll, S. E. (2001). The influence of culture, community, and the nested-self in the stress process: Advancing conservation of resources theory. *Applied Psychology: An international review*, 50(3), 337-421.
- Lewicka, M. (2013). In search of roots: Memory as enabler of place attachment. In L. C. Manzo & P. Devine-Wright (Eds.), *Place Attachment: Advances in Theory, Methods and Applications* (pp. 49-60). New York: Routledge.
- McMillan, D. W. (1996). Sense of Community. *Journal of Community Psychology*, 24(4), 315-326. Disponível em http://history.furman.edu/benson/hst321/McMillan_Sense_of_Community_1996.pdf
- McMillan, D. W., & Chavis, D. M. (1986). Sense of community: A definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6-23. Disponível em http://mc7290.bgsu.wikispaces.net/file/view/McMillan_1986.pdf
- Montero, M. (2004). Comunidad y sentido de comunidad. In M. Montero. *Introducción a la psicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos* (pp. 197-223). Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2006). Dos técnicas en la investigación e intervención comunitarias: Las anotaciones, o diario de campo y el uso de documentos secundarios. In M. Montero. *Hacer para transformar: El método en la psicología comunitaria* (pp. 301-321). Buenos Aires: Paidós.
- Prefeitura de Porto Alegre. (2010). *Plano Municipal de Saúde 2010-2013*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. Retrieved from: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/pms.pdf
- Rocha, M. L., & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia, Ciência & Profissão*, 23(4), 64-73. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400010
- Sarason, S.B. (1974). *The psychological sense of community: Prospects for a community psychology*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Seganfredo, F. S., Paniz, G., Hirt, J. A. N., Carvalho Jr., L. A., & Corroche, P. C. (2008). Fiscalização ambiental no Parque Estadual Delta do Jacuí – RS. *Ambiência*, 4(1), 119-127. Disponível em <http://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/293/1891>
- Slovic, P. (2010). The psychology of risk. *Saúde & Sociedade*, 19(4), 731-747. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000400002
- Susan, C., & Meyers, G. (2009). *Conservation psychology: Understanding and promoting human care for nature*. West Sussex, UK: Willey-Blackwell.
- Vidal, T., Berroeta, H., Di Masso, A., Valera, S., & Però, M. (2013). Apego al lugar, identidad de lugar, sentido de comunidad y participación en un contexto de renovación urbana. *Estudios de Psicología*, 34(23), 275-286.



Wachinger, G., & Renn, O. (2010). Risk perception. In G. Wachinger & O. Renn (Eds.), *Risk perception and natural hazards*, CapHaz-Net WP3 Report (pp. 08-20). Stuttgart: DIALOGIC.
Disponível em http://caphaz-net.org/outcomes-results/CapHaz-Net_WP3_Risk-Perception2.pdf

Received: 09/29/2014
Accepted: 06/08/2016

Agradecimentos

Agradecimentos a FINEP e a Rede – Morar.TS, bem como ao CNPq e CAPES pelo apoio financeiro. Agradecimentos à equipe do Grupo de Pesquisa em Gestão de Riscos e Desastres/UFRGS, a parceria do Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária/UFRGS, a ONG REDECRIAR e a Associação dos Ilhéus Ecológicos.